



ESTADO DE MINAS GERAIS

# MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA

CNPJ nº 18.025.924/0001-08

## PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 11 DE 08 DE AGOSTO DE 2025.

*“Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA e do Fundo Municipal de Proteção dos Animais - FUNPAN e dá outras Providências”*

*Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu, PREFEITO MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA, sanciono e promulgo a seguinte lei:*

### CAPÍTULO I

#### Do Conselho Municipal de Proteção dos Animais

**Art. 1º** Fica criado o Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA, órgão colegiado, permanente, paritário, consultivo, normativo, deliberativo e fiscalizador, com a finalidade de promover a efetivação das políticas públicas e das ações voltadas para os temas relacionados à defesa, controle e proteção dos animais no âmbito do Município de Delfim Moreira.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA é vinculado a Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, ao qual caberá garantir a infraestrutura, os recursos materiais e humanos, bem como o apoio operacional para o funcionamento do órgão, preservada a sua autonomia administrativa e financeira.

**Art. 2º** Ao Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA compete:

I - formular, acompanhar, fiscalizar e avaliar a política municipal visando à garantia da defesa, do controle e da proteção dos animais no âmbito do Município de Delfim Moreira;

II - propor e deliberar sobre critérios para avaliação de recursos, bem como acompanhar, junto aos Poderes Executivo e Legislativo Municipais, a definição de dotação orçamentária a ser destinada à execução destas políticas;

III - sugerir, opinar e acompanhar a elaboração de leis municipais que tratem da defesa, controle e proteção dos animais no âmbito do Município de Delfim Moreira;

IV - fiscalizar o cumprimento e divulgar as leis municipais ou quaisquer normas legais pertinentes ao direito de defesa, controle e proteção dos animais;

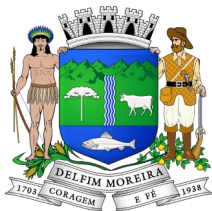
V - receber e encaminhar aos órgãos competentes as petições, denúncias e reclamações, quando ocorrer ameaça ou violação do direito de defesa, controle e proteção dos animais, assegurado nas leis e na Constituição da República, requerendo a adoção de medidas efetivas de proteção e reparação;

VI - propor, incentivar e apoiar a realização de eventos, estudos, programas e pesquisas voltadas para a defesa, controle e proteção dos animais no âmbito do Município de Delfim Moreira;

VII - zelar pela participação de organizações representativas dos direitos dos animais na implementação de política, planos, programas e projetos de atendimento à defesa, controle e proteção dos animais no âmbito do Município de Delfim Moreira;

VIII - fiscalizar as entidades governamentais e não-governamentais de atendimento à defesa, controle e proteção dos animais no âmbito do Município de Delfim Moreira;

IX - efetuar o registro de entidades de promoção e assistência aos animais, bem como aprovar programas e projetos da mesma natureza, apresentados pelas organizações governamentais e não governamentais do Município;



ESTADO DE MINAS GERAIS

# MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA

CNPJ nº 18.025.924/0001-08

X - cancelar o registro de entidades de promoção e assistência aos animais que incorrerem em irregularidades na aplicação de recursos que lhe forem repassados pelo poder público e não obedecerem aos princípios e diretrizes legais, garantindo o direito de defesa prévia;

XI - deliberar e acompanhar a aplicação dos recursos financeiros do Fundo Municipal de Proteção dos Animais - FUNPAN;

XII - apreciar o plano plurianual, a lei de diretrizes orçamentárias e a proposta orçamentária anual e suas eventuais alterações, zelando pela inclusão de ações voltadas à política de atendimento à defesa, controle e proteção dos animais no âmbito do Município de Delfim Moreira;

XIII - criar comissões temporárias ou permanentes, disciplinadas pelo regimento interno;

XIV - propor e aprovar seu regimento interno.

**Art. 3º** O Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA será composto por 06 (seis) conselheiros titulares e 06 (seis) suplentes, de forma paritária, entre representantes governamentais e da sociedade civil, da seguinte forma:

I - 03 (três) representantes governamentais, indicados pelo Prefeito, dos seguintes órgãos e entidades:

- a) 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Saúde;
- b) 01 (um) representante da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente;
- c) 01 (um) representante da Secretaria de Governo;

II - por 03 (três) representantes da sociedade civil, sendo:

- a) 03 (três) representantes de protetores independentes dos animais.

§ 1º Cada conselheiro terá 01 (um) suplente com plenos poderes para o substituir, provisoriamente, em suas faltas ou impedimentos.

§ 2º O titular de órgão ou entidade governamental indicará seu representante, que poderá ser substituído, a qualquer tempo, mediante nova indicação do representado.

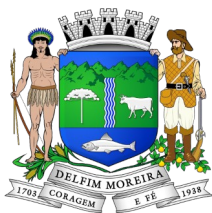
§ 3º Considera-se protetor independente o indivíduo que não está filiado a nenhuma organização de defesa e proteção aos animais, exercendo suas atividades com recurso próprio.

**Art. 4º** O processo de escolha dos representantes da sociedade civil será por eleição, em reunião do Conselho Municipal de Proteção dos Animais – COMPA, e conduzido pela Mesa Diretora.

**Art. 5º** Os conselheiros do Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA serão nomeados por Decreto, pelo Prefeito, com observância do disposto no art. 3º.

**Art. 6º** O mandato dos conselheiros do Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA será de 02 (dois) anos, admitida uma recondução, por igual período, enquanto no desempenho das funções ou cargos para os quais foram nomeados ou indicados.

**Art. 7º** Os conselheiros do Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA não farão jus a qualquer remuneração, sendo seus serviços considerados de relevante interesse público.



ESTADO DE MINAS GERAIS

# MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA

CNPJ nº 18.025.924/0001-08

**Art. 8º** O Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA será dirigido por uma Mesa Diretora, escolhida entre seus membros na primeira reunião ordinária, mediante votação pelo plenário, sendo que o Presidente será sempre da Secretaria Municipal prevista no parágrafo único do art. 1º desta Lei.

## CAPÍTULO II

### Do Fundo Municipal de Proteção aos Animais

**Art. 9º** Fica criado o Fundo Municipal de Proteção dos Animais - FUNPAN, que deverá ser regulamentado por Decreto do Poder Executivo, com a finalidade de captação, repasse e aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento, implantação, incentivo e investimento em planos, programas, projetos e ações voltadas à defesa, controle e proteção dos animais, bem como à implementação de medidas de prevenção de zoonoses e demais patologias animais no âmbito do Município de Delfim Moreira.

Parágrafo único. As ações de que trata o caput deste artigo têm por objetivo criar condições para conscientização e ação conjunta da Sociedade Civil e do Poder Público na implementação de políticas públicas de proteção e bem-estar animal no Município de Delfim Moreira.

**Art. 10.** O Fundo Municipal de Proteção dos Animais - FUNPAN será constituído das seguintes receitas:

- I - dotações orçamentárias a ele especificamente destinadas;
- II - créditos adicionais suplementares a ele destinados;
- III - doações, legados ou subvenções de pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;
- IV - doações de entidades nacionais ou internacionais;
- V - valores advindos de acordos, contratos, consórcios, convênios, termos de cooperação e outras modalidades de ajuste;
- VI - preço público cobrado pela análise de projetos de saúde pública e informações requeridas sobre programas de controle animal desenvolvidos pela Secretaria Municipal da Saúde;
- VII - rendimentos obtidos com a aplicação de seu próprio patrimônio;
- VIII - recursos provenientes da arrecadação das multas impostas por infrações à legislação de proteção aos animais e às normas de criação, comercialização, propriedade, posse, guarda, uso, transporte, tráfego e demais regulações municipais concernentes aos animais domésticos e domesticados no Município;
- IX - recursos provenientes da arrecadação das taxas de registro e identificação de animais domésticos e domesticados e demais taxas aplicáveis à matéria;
- X - recursos advindos de Termos de Ajustamento de Conduta - TAC firmados, mediante Termo de Cooperação ou outro instrumento equivalente perante o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, bem como valores aplicados em decorrência de eventual descumprimento do estipulado nos referidos instrumentos;



ESTADO DE MINAS GERAIS

# MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA

CNPJ nº 18.025.924/0001-08

XI - recursos provenientes de repasses ao Município de Delfim Moreira, previstos em legislação de proteção aos animais, controle animal e gerenciamento em saúde pública;

XII - transferências ou repasses financeiros oriundos de convênios celebrados com os governos federal e estadual, destinados à execução de planos e programas de interesse comum referentes às ações de promoção do bem-estar animal, prevenção e salvaguarda da saúde pública;

XIII - empréstimos nacionais, internacionais e recursos provenientes de ajuda e cooperação internacional e de acordos intergovernamentais;

XIV - multa penal aplicada em decorrência da condenação por crimes ou contravenções relacionados ao direito dos animais, ou mesmo oriunda de transações penais relativas à prática daquelas ou de outras infrações;

XV - outras receitas que vierem a ser destinadas ao FUNPAN.

**Art. 11.** Os recursos do Fundo Municipal de Proteção dos Animais - FUNPAN destinam-se, precipuamente:

I - ao financiamento e ao investimento em programas e projetos relativos à defesa, controle e proteção dos animais, bem como à implementação de medidas de prevenção de zoonoses e demais patologias animais no âmbito do Município de Delfim Moreira;

II - à implantação e ao desenvolvimento de programas de controle populacional, que contemplem registro, identificação, recolhimento, manejo e destinação de cães e gatos;

III - à fiscalização e aplicação das normas municipais previstas em legislação de proteção e controle animal e daquelas relativas à criação, comercialização, propriedade, posse, guarda, uso, transporte, tráfego e demais regulações municipais concernentes aos animais domésticos e domesticados no Município;

IV - ao apoio a programas e projetos que visem defender, oferecer tratamento e destinação aos animais;

V - à promoção da educação e da conscientização da população no que tange à proteção dos animais;

VI - à informação e à divulgação de ações, programas e projetos em desenvolvimento, bem como de medidas preventivas e profiláticas e de normas, princípios e preceitos de bem-estar animal;

VII - à capacitação de agentes, funcionários e profissionais, junto a pessoas jurídicas de direito público ou privado.

VIII - apoio ao Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA no custeio de tratamentos veterinários destinados a animais em situação de abandono e, demais ações preventivas de proteção e controle populacional animal.

**Art. 12.** Os recursos do Fundo Municipal de Proteção dos Animais - FUNPAN deverão ser depositados em conta específica, sob denominação de “Fundo Municipal de Proteção dos Animais - FUNPAN”, em instituição bancária oficial.

Parágrafo único. Fica autorizada a aplicação financeira das disponibilidades do FUNPAN em operações ativas, de modo a preservá-las contra eventual perda do poder aquisitivo da moeda.

**Art. 13.** O Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA fixará critérios para a utilização dos recursos financeiros e dotações orçamentárias integrantes do Fundo Municipal de Proteção dos Animais - FUNPAN, bem como prestará contas em assembleia ao final de cada exercício financeiro.



ESTADO DE MINAS GERAIS

# MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA

CNPJ nº 18.025.924/0001-08

**Art. 14.** As eventuais doações ao Fundo Municipal de Proteção dos Animais - FUNPAN deverão ser feitas ao Município de Delfim Moreira, segundo as normas legais vigentes, e deverão consignar expressamente seu uso exclusivo pelas unidades de serviços voltadas à proteção e ao bem-estar animal, que ficará registrado no Patrimônio Municipal.

**Art. 15.** Eventuais ativos adquiridos com recursos do Fundo deverão integrar o Patrimônio Municipal, com consignação de uso exclusivo pelas unidades de serviços voltadas à proteção e ao bem-estar animal.

## CAPÍTULO III

### Das Disposições Finais e Transitórias

**Art. 16.** O Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA terá sua competência desdobrada e suas condições de funcionamento determinadas em regimento interno, a ser elaborado e aprovado no prazo de 60 (sessenta) dias a contar da posse dos conselheiros, após devida deliberação em reunião do plenário destinada a este fim, devendo ser publicado no Diário Oficial do Município, sob a forma de Resolução.

Parágrafo único. O regimento interno disporá sobre o funcionamento do Conselho Municipal e do Fundo Municipal de Proteção aos Animais, sobre as atribuições de seus membros, dentre outros assuntos.

**Art. 17.** Esta Lei terá sempre como referencial, para todas as ações, a legislação federal, estadual e municipal que trata da proteção aos animais.

Delfim Moreira –MG, 08 de Agosto de 2025.

**Edilberto Marques da Cruz**

Prefeito Municipal de Delfim Moreira



ESTADO DE MINAS GERAIS

# MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA

CNPJ nº 18.025.924/0001-08

**CÂMARA MUNICIPAL DE DELFIM MOREIRA**

**A/C – THIAGO SIQUEIRA MARQUES**

**PRESIDENTE DO LEGISLATIVO MUNICIPAL**

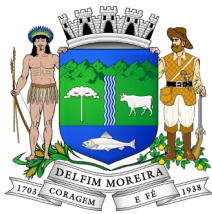
<b>MENSAGEM AO PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 011/2025</b>
---------------------------------------------------------

Venho respeitosamente a esta douta casa de leis, na pessoa do Exmo. Vereador Presidente da Câmara Municipal de Delfim Moreira, para apresentar o presente **PROJETO DE LEI ORDINÁRIA Nº 11, DE 08 DE AGOSTO DE 2025 (“PL nº 011/2025”)** que: *“Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Proteção dos Animais - COMPA e do Fundo Municipal de Proteção dos Animais - FUNPAN e dá outras Providências”*, para sua tramitação e esperada aprovação, justificando sua pertinência e interesse público pelas razões que descrevo abaixo:

O presente Projeto de Lei tem por escopo instituir dois instrumentos fundamentais e complementares no Município de Delfim Moreira: o Conselho Municipal de Proteção dos Animais (COMPA) e o Fundo Municipal de Proteção dos Animais (FUNPAN), como mecanismos estruturantes de formulação, fiscalização, deliberação e financiamento de políticas públicas voltadas à causa animal. Tal proposta não apenas atende a uma demanda social crescente, mas se ampara nos fundamentos constitucionais da dignidade da vida, da proteção ambiental e do bem-estar coletivo.

A Constituição Federal de 1988, em seu art. 225, §1º, inciso VII, estabelece que incumbe ao Poder Público “proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade”. Com esse comando, o legislador constituinte reconheceu os animais como sujeitos de tutela jurídica própria, incumbindo à Administração Pública Municipal a adoção de instrumentos que garantam a aplicação efetiva desse preceito.

O bem-estar animal é valor constitucional autônomo, de modo que os entes federados, inclusive os municípios, possuem competência legislativa suplementar e administrativa plena para promover políticas de proteção e controle populacional, sanitário e ético da fauna urbana e doméstica.



ESTADO DE MINAS GERAIS

# MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA

CNPJ nº 18.025.924/0001-08

Assim, a presente proposta normativa está em perfeita conformidade com a Constituição, com a Lei de Crimes Ambientais (Lei nº 9.605/1998), com a Declaração Universal dos Direitos dos Animais (UNESCO/1978), e ainda com as orientações do Ministério Público e da Defensoria Pública, que reiteradamente recomendam a estruturação institucional das políticas de bem-estar animal no plano municipal.

O crescimento desordenado da população de animais domésticos e em situação de abandono, especialmente cães e gatos, gera reflexos diretos na saúde pública, segurança sanitária, mobilidade urbana, bem-estar da população e dos próprios animais. Trata-se de uma questão intersetorial, que exige ações conjuntas entre as áreas de saúde, meio ambiente, educação e assistência social.

A criação do COMPA proporcionará diálogo permanente e institucionalizado entre a sociedade civil e o poder público, com base em critérios de paridade e representatividade, garantindo participação democrática e controle social das políticas públicas voltadas à proteção animal. Já o FUNPAN viabilizará a captação, gestão e aplicação transparente de recursos financeiros para subsidiar ações contínuas, estruturantes e eficazes, como:

- campanhas de castração, vacinação e microchipagem;
- ações educativas em escolas e comunidades;
- apoio a protetores independentes e entidades;
- fiscalização de maus-tratos;
- implantação de centros de atendimento veterinário e abrigos temporários.

O Projeto de Lei propõe a criação de um Fundo Municipal (FUNPAN), cujas fontes de receita são amplas, diversificadas e seguras, incluindo:

- dotações orçamentárias próprias;
- multas ambientais e administrativas por maus-tratos;
- doações de pessoas físicas, jurídicas e entidades internacionais;
- termos de ajustamento de conduta (TAC);
- repasses estaduais e federais.

A vinculação legal e contábil dos recursos assegura que os valores destinados à proteção animal tenham finalidade exclusiva, aplicação controlada, e gestão participativa, nos termos definidos pelo Conselho. A medida resguarda o erário, promove responsabilidade fiscal e facilita o recebimento de transferências voluntárias e convênios com outros entes e organismos internacionais.

O COMPA será um órgão consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador, com ampla gama de competências que incluem:

- a formulação da política pública de proteção animal;
- a fiscalização da aplicação de recursos do FUNPAN;
- o acompanhamento da execução das metas e programas;
- a proposição de leis e medidas corretivas;
- a mediação de conflitos e denúncias.





ESTADO DE MINAS GERAIS

# MUNICÍPIO DE DELFIM MOREIRA

CNPJ nº 18.025.924/0001-08

A paridade entre representantes do poder público e da sociedade civil, inclusive protetores independentes, assegura pluralismo, legitimidade e transparência na atuação do Conselho. Sua atuação técnica será regulamentada por Regimento Interno, elaborado pelos próprios conselheiros.

O Município de Delfim Moreira, ao aprovar esta Lei, dá um passo histórico em direção a uma cidade ética, compassiva, moderna e ambientalmente responsável. A proteção animal não é luxo nem idealismo abstrato: trata-se de um pilar de civilização, que reflete a qualidade moral de uma sociedade, a educação de seu povo, a efetividade de sua governança, e o respeito que nutre por todas as formas de vida.

A criação do COMPA e do FUNPAN representa, portanto, resposta estruturada, responsável e transformadora a uma realidade que exige ação, planejamento e compromisso institucional.

Diante de todo o exposto, restam evidentes a legalidade, a constitucionalidade, a necessidade, a oportunidade e a alta relevância pública do presente Projeto de Lei.

Nestes termos, submeto à apreciação desta honrada Câmara Municipal o presente Projeto de Lei, confiando em sua aprovação unânime, como expressão da vontade democrática e socialmente comprometida do povo de Delfim Moreira.

**Edilberto Marques da Cruz**

**Prefeito Municipal de Delfim Moreira**